

RESENHA

SCAVONE, L.; ALVAREZ, M.C. & MISKOLCI, R. (orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

Oswaldo Lara¹

Os usos de Foucault: trabalho crítico e diagnóstico do presente

“(...) meu sonho, meu sonho pessoal, não é exatamente o de construir bombas, pois não gosto de matar pessoas. Mas gostaria de escrever livros-bombas, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê”.

Michel Foucault

Não raro, o meio acadêmico mostra-se avesso aos efeitos que o pensamento de Michel Foucault trouxe para as humanidades. Reação que traduz o mal-estar frente a um percurso intelectual que não cessou de introduzir deslocamentos em relação ao cânone. Ouve-se que ao recusar a representação clássica do poder, o filósofo teria sido o precursor de um movimento de despolitização no âmbito das grandes estruturas. Do lado oposto, reclama-se que o eco insistente do poder em suas pesquisas não combina com uma perspectiva de ciência social que se volta para “objetos interessantes”, mas isenta de qualquer objetivo interessado. Repete-se, com aparência de fato inédito, a fonte nietzscheana da pesquisa genealógica como se houvesse aí a evidência da falta de originalidade de seus estudos históricos. Afirma-se, com recorrência, a ausência do conceito de gênero e a recusa às identidades sexuais em seus trabalhos como forma de desautorizar as apropriações feitas pelos estudos feministas, gays e lésbicos. Eis alguns dos rumores que se pode ouvir no ambiente universitário. Uma leitura possível para a coletânea *O Legado de Foucault* pode ser feita justamente como resposta esclarecedora a este amplo leque de equívocos que não cessam de ser cometidos em relação à obra do filósofo francês.

O livro é resultado de um seminário homônimo ocorrido na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara, em 2004, e foi organizado por Lucila Scavone, Marcos César Alvarez e Richard Miskolci. Além das questões tratadas pela Sociologia, área de atuação dos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

organizadores, a coletânea traz ainda debates concernentes à História, Filosofia, Política e Antropologia. Os textos foram subdivididos em seções temáticas – Arquivos; Engajamentos e Resistências; Feminismos; Amizade, Corpo e Estética da Existência; Direito, Violência e Controle Social; Percursos Filosóficos – evocadas como utilizações da “caixa de ferramentas” do filósofo para pensar sobre nossa atualidade.

Entretanto, após uma primeira leitura obedecendo tais subdivisões, o estudioso se verá tentado a reler os textos, mas de forma a desrespeitar as fronteiras, estabelecendo ele próprio a complementaridade das reflexões apresentadas no livro. Particularmente, o texto de José Carlos Bruni, que demonstra o deslocamento de Foucault do Sujeito como um *a priori* em direção aos processos de sujeição, amplia seus contornos quando lido em conjunto com as demais reflexões. Os homens aparecem aqui como objetos de poderes, ciências e instituições, ao mesmo tempo em que somos levados à percepção daquilo que foi construído como não-humanidade. Suas análises explicitam e põe em xeque o modo de constituição das hierarquias, lançando “visibilidade insuportável” ao mundo da razão, da moralidade e do poder constituídos.

Ao abordar a atuação de Foucault no *Groupe d'Information sur les Prisons* e a análise crítica da prisão, Marcos César Alvarez reconstitui como o filósofo alternou experiências de pensamento e experiências de militância. Trata-se de um revezamento entre teoria e prática que aponta para o papel do “intelectual específico” na atualidade. É neste movimento que se situa o estudo acerca das transformações das práticas penais que demonstrou a emergência do poder disciplinar na modernidade, tal qual encontramos em *Vigiar e Punir*. Ao analisar criticamente as formas capilares de exercício do poder, Foucault questionou ainda a figura do intelectual como agente totalizador ao mesmo tempo em que priorizou o diagnóstico de questões da atualidade. O papel desempenhado por Foucault neste contexto não foi o de falar *pelos* sujeitados, mas sim de criar condições para que eles próprios pudessem falar e ser ouvidos.

Michele Perrot, em um dos textos mais ricos da coletânea, mapeia as presenças e ausências relacionadas à questão das mulheres e da diferença sexual em Foucault. Perrot afirma que a discussão acerca da validade operacional dos conceitos foucaultianos para os estudos feministas é pertinente, ainda que, como ela mesmo destaque, o próprio Foucault nunca tenha utilizado o termo gênero. As convergências se dão, sobretudo, na crítica ao essencialismo e ao universalismo e na introdução da historicidade no campo das relações de sexo. O interesse pela investigação histórica, a busca das discontinuidades como forma de desnaturalizar as normas sociais, a atenção à produção de comportamentos e à constituição

dos sujeitos, permitem afirmar que há, entre Foucault e os feminismos, a adesão a um mesmo solo epistemológico.

Nessa mesma direção, Lucila Scavone afirma que o Feminismo e o pensamento de Foucault são duas forças paralelas que partem de um “mesmo movimento, mas com objetivos próprios, marcando um lugar de pertencimento e transformação do mundo presente” (p. 97). Ao traçar tais “afinidades eletivas”, Scavone prioriza a concepção de poder e as lutas específicas, assim como a constituição do sujeito e a sexualidade como dispositivo de poder. Ainda que, parte das feministas perceba um certo androcentrismo na obra de Foucault, permanece a confluência de ambos ao pensar no corpo como lugar de disputa política. Além de conceitos, as apropriações do pensamento foucaultiano, oferecem instrumentos para uma auto-crítica do feminismo em relação à tão clamada “liberação sexual” dos anos 70. Nas reflexões sobre estética da existência o filósofo já havia apontado que “a liberação abre um campo para novas relações de poder, trata-se de controlá-las pelas práticas de liberdade” (p. 97).

Margareth Rago destaca as discussões sobre a constituição do sujeito do feminismo e sobre os novos modos de subjetivação como questionamentos inspirados, em grande parte, nas reflexões de Foucault. De acordo com a historiadora “(...) não apenas o homem universal foi questionado, mas a mulher universal foi destituída de sua suposta verdade essencial ao ser situada na história como figura inventada no século vitoriano” (p. 102). O papel do Feminismo dos anos 70 em diante, a crítica da identidade feminina, a entrada das mulheres na esfera pública e a busca de liberação das formas de sujeição são temas articulados em seu texto. Nessas reflexões, a incorporação não só de Foucault, mas também de outras idéias filosóficas evidenciam a capacidade da teoria feminista de participar de “debates que atravessam nosso mundo de maneira mais ampla” (p. 116).

Para Tânia Navarro Swain, o desejo de mudanças e transformação das relações sociais pode ser, talvez, o único ponto em comum entre a pluralidade dos movimentos feministas. Disso decorre a valorização da História como atividade política que se caracteriza pela recusa em repetir o mesmo. É daí também que emerge o papel do intelectual como destruidor das evidências e das universalidades, tal qual pensou Michel Foucault. O principal desdobramento desta perspectiva para o Feminismo foi a “crítica das representações constitutivas da produção do conhecimento científico e dos mecanismos de poder por ela engendrados” (p. 121). O discurso como prática que modela a percepção do real, a naturalização dos binarismos de gênero e a diferença como fundamento de hierarquias e desigualdades constituem os domínios sobre os quais um conjunto de teóricas feministas

tem dedicado seu trabalho. Para Swain, “quando a crítica feminista se anuncia, é o domínio do arquivo foucaultiano que se desvela” (p. 135).

A discussão sobre amizade é aberta por Hélio Rebello Cardoso Jr., que empreende uma comparação entre as abordagens de Foucault e de Deleuze e Guattari. Nestes últimos encontramos o amigo na Antiguidade Clássica como um personagem conceitual, ao passo que Foucault priorizou as “práticas de si” e modos de existência historicamente determinados que se relacionam com esta tematização conceitual. Pensar na amizade desta forma significa reconhecer sua densidade histórica e sua problematização para o todo um corpo social. O uso dos prazeres na relação amorosa entre o adulto e o jovem livre se relacionava com o auto-governo necessário para a formação do cidadão. O enfoque nas “práticas de si” voltadas para a modulação de uma conduta temperante se difere da questão do desejo como revelador de uma verdade interior, como passou a ser colocada progressivamente pelo cristianismo. Qualquer conceito filosófico de amizade relaciona-se com um modo de existência historicamente determinado, deixando em aberto a questão de “que novo tipo de amizade vivemos e que novo amigo se pode encontrar no plano dos conceitos” (p. 151)

Em “A vida como obra de arte – Foucault, Wilde e a estética da existência”, Richard Miskolci traça um paralelo entre as alternativas apresentadas pelo filósofo e pelo poeta Oscar Wilde frente aos problemas históricos específicos que enfrentaram. As resistências de ambos às normas hegemônicas permitiram que se desse vulto à homossexualidade não como crime ou patologia, antes como um tipo de relação dotada de características culturais e forma particular de sociabilidade. O texto se destaca pelo detalhamento histórico e, sem cair no biografismo, demonstra como experiências singulares desafiaram seu contexto social. A ênfase no potencial criativo e na transformação individual e coletiva levou ao rechaço social da diferença como transgressão dos valores. Segundo Foucault, tal possibilidade se coloca não pelas “qualidades ‘verdadeiras’ dos homossexuais” (p. 166), antes pela sua posição transversal no tecido social. A experiência, a amizade e os laços comunitários chamaram a atenção do filósofo e não o aprisionamento em uma identidade sexual. A estética da existência é marcada pela recusa à normalização social e prioriza uma “prática de si transformadora da individualidade e das relações sociais” (p. 173).

O corpo imerso no campo político e não como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos é o corpo que encontramos na obra de Foucault. O texto de Carlos José Martins reconstitui a pertinência da classificação da medicina como uma *tecnologia política dos corpos* a partir do século XIX. Trata-se de um saber-poder, na medida em que possui, por um lado, o estatuto de conhecimento científico, e por outro, é

instrumentalizada para o exercício do poder, inclusive no âmbito administrativo do Estado. A noção de poder disciplinar, produtor de corpos dóceis, a biopolítica como forma de racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos da população, a própria invenção do conceito de população no século XVIII como problema demográfico e epidemiológico foram condições de possibilidade para a formação dos Estados Nacionais modernos. A medicina social aparece na obra do filósofo como instância administrativa fundamental à sociedade de normalização. Sua característica principal é o entrecruzamento entre a disciplina dos corpos e a regulamentação da vida da população, o que nos permite compreender a centralidade conferida à sexualidade a partir deste contexto.

Sérgio Adorno empreende uma reflexão das motivações de ordem metodológica que levaram Foucault a priorizar o poder disciplinar em detrimento da dimensão jurídico-política. A questão temática oferece uma primeira resposta, uma vez que, em grande parte, o filósofo estava preocupado com a normalização dos comportamentos e com a politização da vida, consolidados no século XIX. Adorno advoga que tal dicotomia se instaura mais por razões metodológicas do que por princípios teóricos: o foco na gestão dos corpos e na normalização das condutas, exigiria por si só, este tipo de abordagem. Enquanto o modelo jurídico-político é caracterizado pela unicidade e homogeneidade, “as disciplinas e, por extensão, o dispositivo da sexualidade estão saturados da transversalidade de múltiplos saberes – médicos, higienistas, pedagógicos, policiais, biopsicológicos, antropossociológicos” (p. 219). O método genealógico empregado por Foucault não se volta para a história evolutiva das macroestruturas, antes para os deslocamentos históricos que marcam a ordem moderna do discurso.

Andrei Korner parte da tendência contemporânea no campo do direito segundo a qual as decisões jurídicas assemelham-se às políticas, uma vez que, são tomadas de forma compartilhada. Os exemplos oriundos do mercado competitivo e das agências públicas de acompanhamento demonstram que essa forma de participação dos sujeitos envolvidos favorece uma postura de aquiescência. Trata-se de uma concepção funcional do direito que valoriza a manutenção do “ajuste dinâmico do conjunto social” (p. 228). Este é o tipo de relação estabelecida entre o direito e os dispositivos de saber-poder das sociedades de controle. Nesse tipo de sociedade, os processos deliberativos são pensados em função dos problemas sociais apresentados em termos de riscos e ao governo cabe a gestão das incertezas dos cidadãos. A lógica nomeada por Korner de “conservadorismo securitário” mescla os mecanismos da sociedade de controle com as estruturas da sociedade de consumo, culminando em um

reforço das práticas de adestramento, produção e controle das condutas. Da mesma forma, tal lógica legitima ações efetivas sobre as “populações-alvo” que oferecem riscos e termina por “neutralizar” os agentes que têm pouca possibilidade de ser incorporados socialmente.

Luiz Antônio Francisco de Souza também reconstitui as discussões sobre o pan-optimismo, as disciplinas e a biopolítica para contextualizar as técnicas de vigilância eletrônica como um novo modelo de controle social. Tal novidade não supera por inteiro os mecanismos disciplinares clássicos, uma vez que permanece a ação do poder disciplinar na gestão dos corpos e na fiscalização dos comportamentos. A norma como princípio de individualização e comparação entre grupos permanece vigente. O risco se relaciona com a norma, uma vez que apresenta a probabilidade de acontecimentos que podem suceder a um grupo de indivíduos. Nesse sentido, o risco representa “a colonização do futuro” (p. 251). O pensamento de Foucault revela aqui também sua atualidade, posto seu interesse pela produção concreta dos mecanismos de poder.

Os dois textos da seção “Percurso Filosófico” debruçam-se sobre *História da loucura* e *As palavras e as coisas*, reconstituindo em partes a trajetória intelectual do filósofo francês, sobretudo nos anos 60. Marcos Nalli questiona o rótulo de pensador nietzscheano atribuído a Foucault. Ele o faz tendo em perspectiva o uso de conceitos da fenomenologia, tais como significado, fenômeno, significação e sentido em *História da loucura*. Ricardo Monteagudo, por seu turno, analisa as transformações no pensamento foucaultiano após a “conversão” ao anti-helgelianismo, tomando como ponto de viragem a noção de representação presente em *As palavras e as coisas*. Pode-se perceber a “obsessão antitotalitária” de Foucault como um traço marcante de seu pensamento e de sua relação com as diferentes tradições filosóficas.

Ao terminar o percurso oferecido por este *Legado de Foucault*, o estudioso terá percebido a necessidade de se situar em diversas posições de leitor de acordo (ou em desacordo) com os diferentes enfoques. A leitura terá sido mais instigante na medida em que não se reconheça ali somente uma homenagem solene a um dos mais importantes pensadores do século XX. O próprio Foucault, ao reconhecer a importância de Marx para os historiadores, afirmou que, ao contrário de seus contemporâneos, se recusava a citá-lo simplesmente como forma de legitimar seu pensamento. Mais do que isso, o livro oferece um convite instigante para reler Foucault despido da intenção acadêmica de adesão a tradições teóricas, mas sim como ponto de partida para o diagnóstico do presente e das problemáticas de nossa realidade.

Em entrevista de 1978, perguntado sobre o uso de suas ferramentas e de suas análises, Foucault chamou a atenção para o fato de

que nenhuma filosofia é conservadora ou revolucionária em si mesma e afirmou não poder se antecipar aos modos de utilização de suas idéias. Para o filósofo, nossa tarefa não é meramente fabricar “ferramentas belas, úteis ou divertidas e, em seguida escolher quais delas almejamos colocar no mercado caso alguém se ponha como comprador ou queira se servir delas” (FOUCAULT, 2006: 265). O intelectual deve ter em mente “a que fins ele almeja ver se aplicar a ferramenta que ele fabrica e de que maneira ele quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento” (idem). Se *O legado de Foucault* nos traz uma mostra dos recursos analíticos oferecidos em sua obra, não devemos fazer deles relíquias de um colecionador, antes instrumentos a serem testados, utilizados, moldados a novas problemáticas e descartados caso percam sua eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, M. “Diálogo sobre o poder”. In: **Ditos e Escritos** Vol. IV – Estratégia, Poder-saber. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2006.
- SCAVONE, L., ALVAREZ M. C. & MISKOLCI, R (Org.). **O Legado de Foucault**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

